

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO E PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN  
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC

# EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

MARANHÃO

governo do  
**maranhão**  
governar é cuidar das pessoas

**IMESC**  
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

## **EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

São Luís  
2010

# GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

Roseana Sarney Murad

## SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Fábio Gondim

## INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC PRESIDENTE

Fernando José Pinto Barreto

## DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO

Josiel Ribeiro Ferreira

## DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Sadick Nahuz Neto

## SUPERVISOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Tetsuo Tsuji

## COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

José Ribamar Trovão

## COLABORAÇÃO

Cosme do Nascimento Neves Júnior

Karla Serra Amorim

## CARTOGRAFIA

### DEPARTAMENTO DE CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO - DCGEO

Marcio André Ramos Bittencourt

Maria de Lourdes Santos Silva

Wenderson Carlos da Silva Teixeira

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS, AMBIENTAIS E TERRITORIAIS – DERNAT

Bruno Mantovani Martins

Daniel Vitor Coelho Pereira

Getúlio Estefânio Duarte Martins

Paulo César dos Santos Garras

## CAPA

Dionatan Silva Carvalho

## REVISÃO

Josélia Morais de Sousa

Mirian de Fátima S. Rocha

## NORMALIZAÇÃO

Leonilda Cavalcanti

Virgínia Bittencourt Tavares da Costa Neves

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2010.

44 p. : il.

1. Políticas Administrativas – Maranhão I. Título.

CDU 35.073.1 (812.1)

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC

Av. Senador Vitorino Freire N° 01 – Qd 36 – Areinha Ed. Jonas Martins Soares, 4° andar

São Luís – Maranhão – CEP 65.030-015 – Fone: (98) 3221 1023

## APRESENTAÇÃO

A História e a Geografia são ciências que permitem conhecer os fatos do presente, buscando, no registro do passado, instrumentos indispensáveis para o entendimento e a análise do hoje. Graças a isso, dá-se um grande passo quando o objetivo é apresentar uma obra que contenha desde as primeiras incursões na exploração do espaço político maranhense até a sua organização territorial atual.

Fazia-se necessário a publicação de obra que condensasse e sintetizasse informações sobre a dinâmica evolutiva da ocupação territorial do Maranhão que, por séculos, teve seu território ampliado e reduzido várias vezes, inicialmente, através das linhas imaginárias das donatarias hereditárias, posteriormente, via incorporação de parte do território de outros estados limítrofes. Houve, ainda, o processo de fracionamento do seu espaço geográfico com a criação de vários municípios, estando atualmente composto por 217 unidades municipais, apresentando a configuração de um polígono irregular.

Partindo, portanto, do pressuposto de que exista a necessidade de uma publicação que relacione a evolução territorial com os fatos históricos e as implicações políticas, sociais e econômicas, a Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, através do seu Instituto de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, disponibiliza aos estudantes, pesquisadores, técnicos, gestores e demais segmentos interessados, de forma sintética, a historiografia da EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, na certeza de que, com mais essa publicação reafirma o seu compromisso institucional de produzir, organizar e disseminar o conhecimento e a informação sobre os vários aspectos da realidade estadual, objetivando subsidiar o planejamento, pesquisas e publicações de futuros trabalhos, assim como, facilitar a compreensão sobre o Estado do Maranhão.

FÁBIO GONDIM

Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Capitânicas Hereditárias . . . . .	13
Figura 2- Estado Colonial do Maranhão . . . . .	15
Figura 3- Capitânicas Gerais . . . . .	15
Figura 4- Estado do Maranhão e Grão-Pará 1 . . . . .	15
Figura 5- Estado do Maranhão e Grão-Pará 2 . . . . .	15
Figura 6- Estado do Grão-Pará e Maranhão 1 . . . . .	17
Figura 7- Subdivisão do Estado do Grão-Pará e Maranhão . . . . .	17
Figura 8- Estado do Grão-Pará e Maranhão 2 . . . . .	17
Figura 9- Estado do Grão-Pará e Maranhão 3 . . . . .	17
Figura 10- Província do Maranhão . . . . .	18
Figura 11- Organograma dos Desmembramentos dos Municípios Maranhenses . . . . .	26



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Província do Maranhão 1772-1811 . . . . .	23
Mapa 2- Incorporação ao Maranhão de Áreas Territoriais de Províncias Circunvizinhas . .	24
Mapa 3- Evolução Política dos Municípios da Província do Maranhão no Século XVII . . . .	27
Mapa 4- Evolução Política dos Municípios da Província do Maranhão no Século XVIII. . . .	28
Mapa 5- Evolução Política do Estado do Maranhão no Século XIX. . . . .	29
Mapa 6- Distribuição Política dos Municípios do Maranhão por Décadas. . . . .	30
Mapa 7- Distribuição Política dos Municípios do Maranhão por Ano de Criação . . . . .	31



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE:</b>	
	<b>AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS</b> .....	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>O ESTADO COLONIAL DO MARANHÃO E SUA EVOLUÇÃO TERRITORIAL</b> ...	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO</b>	
	<b>AS FREGUESIAS</b> .....	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>A INCORPORAÇÃO DE ÁREAS DOS ESTADOS CIRCUNVIZINHOS:</b>	
	<b>TURIAÇU, CAROLINA, IMPERATRIZ E ALTO PARNAÍBA</b> .....	<b>20</b>
<b>5.1</b>	<b>O Possível Espaço Político do Maranhão</b> .....	<b>20</b>
5.1.1	Turiaçu .....	20
5.1.2	Imperatriz .....	21
5.1.3	Carolina .....	22
5.1.4	Alto Parnaíba .....	22
<b>6</b>	<b>PERCEPÇÃO DA DINÂMICA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA</b>	
	<b>DO MARANHÃO ATRAVÉS DE MAPAS (1612 A 1995)</b> .....	<b>25</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>33</b>
	<b>APÊNDICE A – Relação das Freguesias da Província do Maranhão</b> .....	<b>36</b>
	<b>APÊNDICE B – Lista dos Municípios por Décadas</b> .....	<b>38</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que na história da organização do espaço político do Brasil, poucas unidades da federação passaram por sucessivas mudanças. O Maranhão inicia esse processo a partir das capitânicas hereditárias. Depois, segue a problemática ocupação, resultado da invasão francesa. Estabelecida a ordem e a paz, a política econômica pensada pela coroa portuguesa considerando a importância do Maranhão da época, assim como a necessidade de garantir o domínio na Amazônia, proporcionou sucessivas e progressivas mudanças, conferindo ao Maranhão o **status** do que hoje considera-se um país, uma vez que independentemente do resto do país, incluindo o Ceará, o Piauí e todo o Norte formava um território político que recebia determinação direta da coroa portuguesa.

O Ceará desmembrou-se do Maranhão e inicialmente juntou-se a Pernambuco, enquanto o Piauí foi por várias vezes desanexado e reanexado ao Maranhão, acontecendo fato parecido com a sede do poder que ora estava no Maranhão, ora estava no Pará; isso refletia na toponímia desse pedaço do Brasil.

Este trabalho tem como objetivo informar e registrar essa evolução abordando a distribuição territorial do Estado, resultado dos sucessivos processos de evolução da criação dos municípios, com informações cartográficas sequenciadas por séculos, décadas e anos de criação.

## 2 O INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE: AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

A primeira preocupação com a organização territorial do Brasil em que está inserido o Maranhão surgiu a partir do momento em que o rei D. João III enviou a Martim Afonso, que estava em São Vicente, uma carta datada de 28 de setembro de 1532 informando-o de que seria estabelecido no Brasil o mesmo sistema colonial aplicado nos Açores e na Madeira. Iniciava-se, assim, o sistema de capitânicas hereditárias, que segundo Holanda (1986, p. 342), significa uma das primeiras divisões administrativas do Brasil, das quais se originaram as províncias e cujos chefes tinham o título de capitão – mor.

Para Matias e Guerra (1980, p. 29)

O sistema de capitânicas hereditárias consistia na divisão do território em faixas de terra contadas a partir do litoral e com uma extensão que variava entre 20 a 100 léguas de largura. Seus limites corriam paralelos até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Entretanto doar as terras aos capitães governadores não lhes outorgava direitos absolutos, ilimitados e eternos, eles eram capazes de perdê-las dependendo de como conduzissem a sua administração. Referidos governadores passavam a desempenhar a função de lugares-Tenentes do Reino, com deveres e obrigações bem definidos, respeitando e zelando pelo objetivo da doação: fazer com que as terras recebidas tivessem papel importante na prosperidade da corte portuguesa, cuja coroa não perderia o direito de propriedade de todas as capitânicas, podendo, se necessário, extinguir o sistema

(o que aconteceu posteriormente). Com o falecimento do donatário, a transferência da capitania seria feita por hereditariedade e apenas para o primogênito, não sendo permitida a partilha entre os demais herdeiros; a capitania não poderia ser vendida; o donatário ficava impedido de comprar novas terras; a capitania poderia retornar à coroa portuguesa, caso houvesse, por parte do donatário: abandono, utilização indevida e deslealdade.

Respaldo na delegação de poderes que lhe foi outorgado pelo rei cabia ao donatário: administrar a terra e fazer cumprir as leis. (MATIAS; GUERRA, p. 30).

Com relação ao judiciário, os capitães exerciam a função de supremos magistrados podendo:

- nomear juízes, tabeliães e outros;
- exercer jurisdição e alçada de morte natural, incluindo escravos, índios, peões, cristãos e homens livres;
- absorver e/ou condenar sem apelação nem agravo (MATIAS; GUERRA, p. 30)

Nos casos de delitos ficavam estabelecidos:

- penas que iam até dez anos de degredo ou a 100 cruzados de multa (o valor não se refere a moeda atual e sim a que circulava na época)
- pena de morte para os casos de heresia, traição, sodomia e moeda falsa.

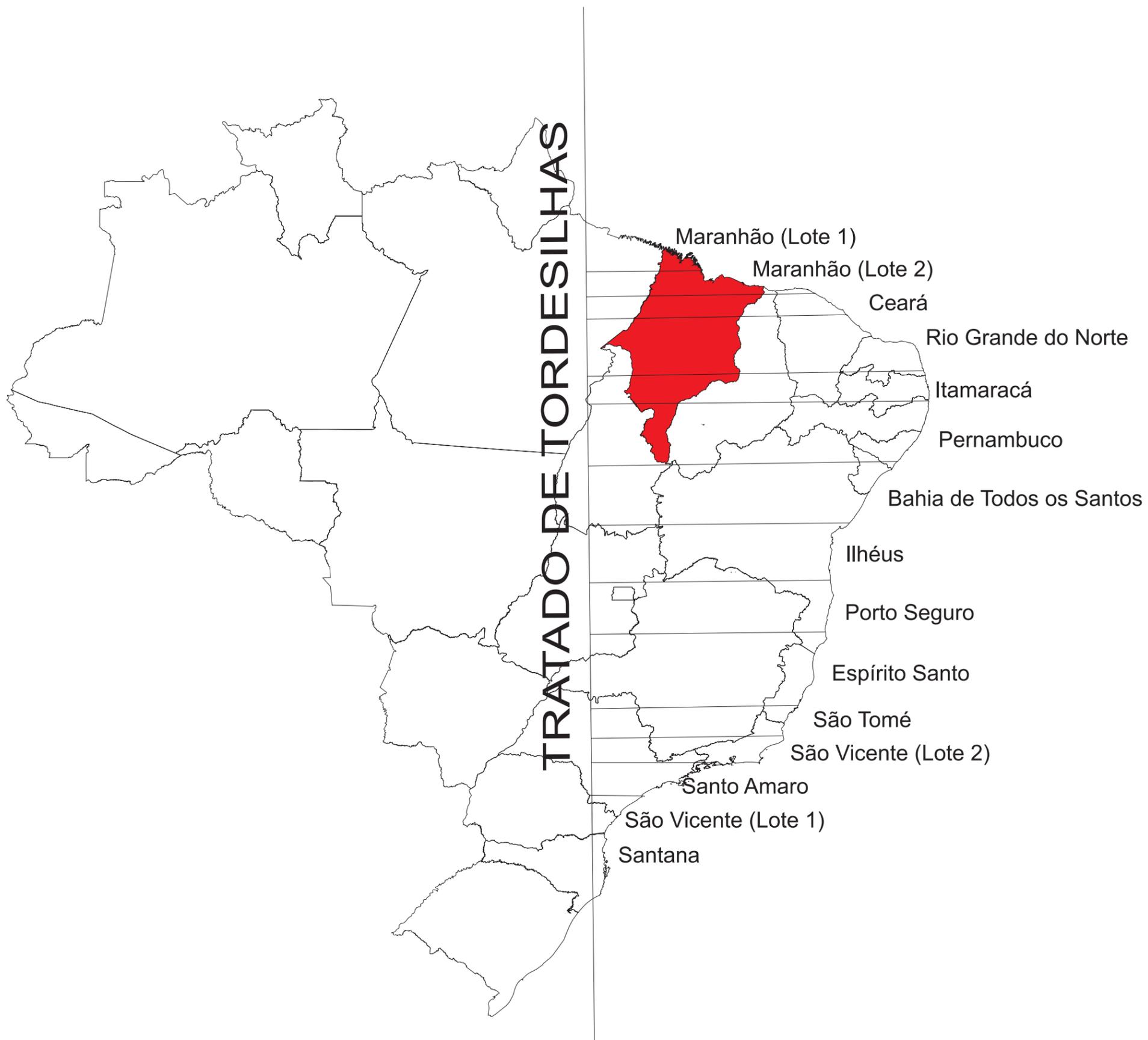
Um Alvará especial da coroa determinou as capitanias do Brasil como um local de “couto e homizio para todos os criminosos que nelas quisessem vir morar, ainda que já condenados por sentenças até em penas de morte, abrindo exceção para os crimes que envolvessem heresia, traição, sodomia e moeda falsa” (MATIAS; GUERRA, p. 30).

Referido Alvará determinava também que após quatro anos de residência na capitania os beneficiados poderiam ir ao reino tratar de seus negócios, cujo afastamento era permitido a cada quatro anos no Brasil, ficando, no entanto, o réu obrigado a voltar.

O regime de capitanias hereditárias distribuiu 14 capitanias para 12 donatários, dos quais 2 capitanias representando o Maranhão (Figura 1).

O regime da distribuição territorial do Brasil durou 14 anos, findos os quais, por não ter correspondido aos interesses desejados, foram extintas as capitanias, passando as terras da colônia ao domínio total da Coroa Portuguesa.

**Figura 1 - Capitânicas Hereditárias**



### 3 O ESTADO COLONIAL DO MARANHÃO E SUA EVOLUÇÃO TERRITORIAL

As notícias otimistas que circulavam na Europa no século XVI, a preocupação com o perigo de infiltração estrangeira nessas terras de domínio lusitano que permaneciam praticamente abandonadas, a consciência de que era mais fácil a comunicação do Grão Pará e Maranhão com a metrópole portuguesa do que com as demais áreas do Brasil, foram raciocínios decisivos para que, no reinado em Portugal de D. Felipe III da Espanha, fosse criado pela carta régia de 4 de março de 1617 um Estado autônomo, cujo direito se efetivou pela carta régia de 13 de junho de 1621, no reinado de Felipe IV, portanto cinco anos após a sua criação (MEIRELES, 2001, p. 70).

Caracterizado na época como Estado Colonial Luso-Espanhol na América, tinha a abrangência territorial.

desde os baixos de São Roque ao rio Vicente Pinzon (Oiapoque) pela costa; para o interior o seu marco extremo seria fixado em 1639 pelo capitão Pedro Teixeira, na aldeia do Ouro, às margens do Napo em terras dos curicicarís na bacia do Juruá, no alto do Amazonas; para o sul, o rumo ao Brasil<sup>1</sup> pelo sertão que chegaria à bacia do São Francisco.

Compreendia, assim, mais ou menos as regiões que hoje constituem os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará (MEIRELES, 2001, p. 70) (Figura 2).

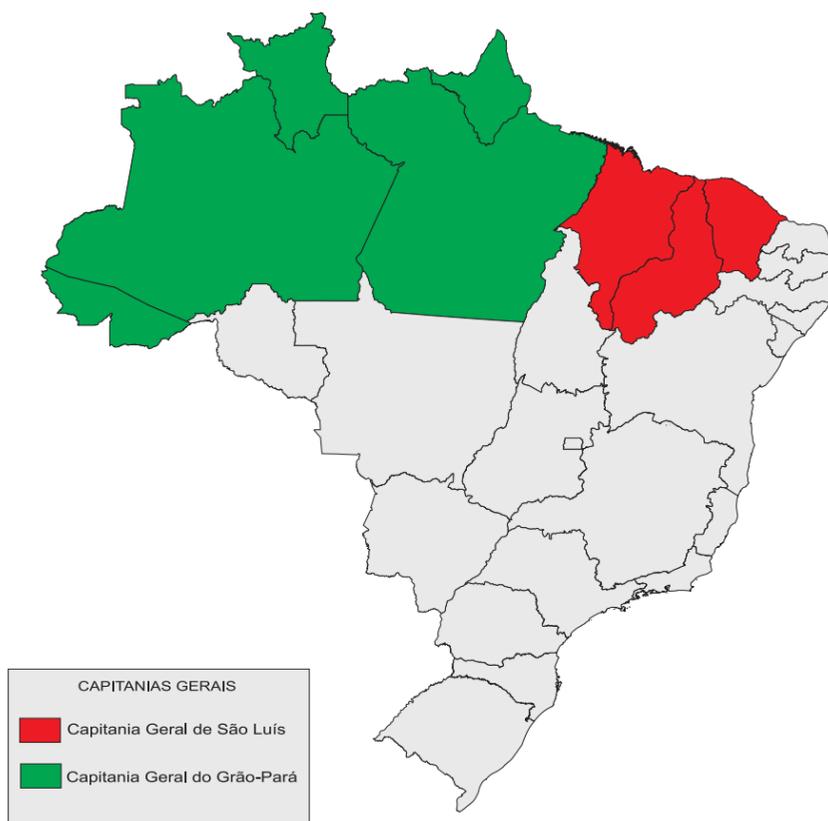
Essa jurisdição não perdurou, uma vez que, após trinta e um anos a carta régia de 25 de fevereiro de 1652 extinguiu o Estado Colonial do Maranhão criando em seu lugar duas capitanias gerais: São Luís e Grão Pará (Figura 3), tendo como divisa o rio Gurupi. Essa situação, no entanto foi alterada pela carta régia de 25 de agosto de 1654, que deu uma nova definição para o Estado, que passou a chamar-se Estado do Maranhão e Grão Pará, desligando o Piauí que passou para Bahia e em 1656 o Ceará para Pernambuco (Figura 4).

<sup>1</sup> Era considerado Brasil o que excedia ao Estado do Maranhão e Grão Pará; a divisão era: Estado do Maranhão e Grão Pará e Estado do Brasil, ambos diretamente subordinados a Coroa Portuguesa.

**Figura 2 - Estado Colonial do Maranhão  
(Carta Régia de 04 de maio de 1617)**



**Figura 3 - Capitânicas Gerais  
(Carta Régia de 25 de fevereiro de 1652)**



**Figura 4 - Estado do Maranhão e Grão-Pará (01)  
(Carta Régia de 25 de agosto de 1654)**



**Figura 5 - Estado do Maranhão e Grão - Pará (02)  
(Carta Régia de 03 de março de 1701 regulamentada  
pela provisão do conselho ultramarino de 11 de janeiro de 1715)**



A provisão do Conselho Ultramarino de 11 de janeiro de 1715 regulamentou a carta régia de 3 de março de 1701, que desligou o Piauí da Bahia, devolvendo-o ao Maranhão, cujos limites passaram a ser a serra do Ibiapaba (Figura 5).

Em 1751, por instruções reais de 31 de maio, a sede da capital do Estado que era em São Luís foi transferida para Belém e o Estado passou a designar-se do Grão Pará e Maranhão (Figura 6) fazendo com que o Maranhão passasse à condição de capitania subalterna (MEIRELES, 2001, p. 71).

Após dois anos a Carta Régia de 06 de agosto de 1753, dividiu o Estado do Grão Pará e Maranhão em quatro Estados: Maranhão, Grão Pará, São José do Rio Negro e São José do Piauí, todos sujeitos ao capitão general, com sede administrativa em Belém (Figura 7). Uma nova organização administrativa surgiu através da Carta Régia de 20 de agosto de 1772, transformando os quatro Estados em dois: Estado do Grão Pará e Estado do Maranhão, anexando o Piauí ao Maranhão e determinando como linha de divisa entre os estados o rio Turiaçu (Figura 8).

A carta régia de 10 de outubro de 1811 separou definitivamente o Piauí do Maranhão (Figura 9).

A transferência da família real para o Brasil e a elevação da América Portuguesa a Reino Unido ao de Portugal e Algarves em 1815, provocou a última mudança, pois o Maranhão, assim como os demais estados coloniais perderam essa classificação passando à condição de províncias, subordinadas a corte estabelecida no Rio de Janeiro “pois que só desde então começaram os moradores do antigo Estado do Maranhão a acostumar-se a receber as ordens vindas não já da Europa, mas dos confins do Brasil (MEIRELES, 2001, p. 73) (Figura 10).

#### **4 DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO – AS FREGUESIAS**

Após a transformação do Maranhão em província autônoma, fez-se necessário a distribuição do território. E uma vez que, era na igreja católica que se faziam os registros de aquisição de terras, nascimentos, óbitos, casamentos e outros, foi a sua classificação do território em freguesias, que inicialmente prevaleceu. Essa classificação era imprecisa, uma vez que não esclarecia as divisas e limites com precisão.

Havia, portanto, um acordo, talvez “herança”, das relações da Igreja com o Estado, isto porque: foram os claustros responsáveis pelo início dos estudos científicos, principalmente geográficos; porque a igreja era ligada ao Estado, cujos párocos recebiam um ordenado chamado cômgrua; pela falta de conhecimento geográfico, que de um certo modo era suprido pelos padres na descrição das suas visitas aos lugares mais distantes, as famosas desobrigas, daí resultando a classificação de cada área sob a responsabilidade do representante religioso em freguesias.

**Figura 6 - Estado do Grão-Pará e Maranhão 01**  
(Instruções Reais de 31 de maio de 1751)



**Figura 7 - Subdivisão do Estado do Maranhão e Grão-Pará**  
(Carta Régia de 06 de agosto de 1753)



**Figura 8 - Estado do Grão-Pará e Maranhão (02)**  
(Carta Régia de 20 de agosto de 1772)



**Figura 9 - Estado do Grão-Pará e Maranhão (03)**  
(Carta Régia de 10 de outubro de 1811)



**Figura 10 - Província do Maranhão 1815**



FONTE: IMESC / 2010.

## Freguesias

Inúmeros documentos e obras consultadas, a maioria citada nas referências deste trabalho, mostram a evidência da Igreja católica na organização do espaço do Maranhão e no processo de ocupação, com destaque para os jesuítas que, embora de maneira pontual, influíram no surgimento de grande parte dos municípios existentes até 1959.

Esses núcleos de origem jesuítica designados missões, não restam dúvidas, foram o embrião para as freguesias, assim como estas o foram para o surgimento das vilas que deram origem aos municípios. Como testemunho desta afirmação, observe-se o que cita Marques (2008, p. 876) quando se refere a Turiaçu:

“Freguesia – É provável que sendo em seu princípio uma das missões dos jesuítas que aí houvesse uma igreja”.

Uma outra afirmação do autor citado é que: “grande tem sido, desde muitos anos a luta e a confusão, já para se criarem novas freguesias **e já para se traçarem e discriminarem os seus limites.**” (Grifo Nosso)

Ainda é Marques que afirma: “é muito provável que fosse criada uma freguesia com a invocação de São Francisco Xavier, orago da dita aldeia, servindo a igreja matriz”.

Apesar de em ambas as citações, a expressão **é provável** utilizada por Marques ao colocar dúvida sobre a criação da igreja e da freguesia, afirmou, no entanto, ser a freguesia a sequência da evolução de uma missão em ambos os casos, de influência católica.

Ao definir freguesia, Holanda (1986, p. 810) assim se expressa: “freguesia – povoação sob o aspecto eclesiástico”. Verifica-se, portanto, a responsabilidade da Igreja. Marques (2008, p. 412) explica: “as freguesias eram uma divisão eclesiástica” esclarecendo à página 489 de que não houve definição quanto aos limites das freguesias.

Diante das afirmações citadas fica evidente que freguesia era um sistema superficial da compartimentação territorial, administrativo, misto de origem religiosa e política, cuja área era vagamente determinada (ou indeterminada). À sede da freguesia, que se caracterizava pela povoação onde estava a igreja e a residência fixa do padre, estava reservada a responsabilidade de resolver os problemas jurídicos e religiosos, tendo sempre o vigário como uma das maiores personalidades de solução.

Inicialmente o Maranhão foi dividido segundo Marques (2008, p. 412) em 53 freguesias. Fica difícil localizá-las uma vez que a toponímia era sempre ligada a nomes de santos. Como a esses nomes sempre vinha o nome dos lugares da freguesia, fez-se uma previsível demonstração por municípios, que pode ser observado no apêndice A.

## 5 A INCORPORAÇÃO DE ÁREAS DOS ESTADOS CIRCUNVIZINHOS: TURIAÇU, CAROLINA, IMPERATRIZ E ALTO PARNAÍBA

### 5.1 O Possível Espaço Político do Maranhão

Com a criação da Província do Maranhão, inclusive a separação do Piauí e mesmo porque a única delimitação legal era o rio Turiaçu (cartas régias de 20 de agosto de 1772 e de 10 de outubro de 1811), tem-se idéia da Província do Maranhão da época (Mapa 1). Referido território teve o seu espaço ampliado através do Decreto n° 639 de 12 de junho de 1852, que incorporou Turiaçu ao Maranhão, passando a divisa interprovincial para o rio Gurupi. A Lei n° 639 de 12 de junho de 1852 e o Decreto n° 773 de 23 de agosto de 1852, ao determinarem o rio Tocantins para divisa do Maranhão com Goiás, anexaram Imperatriz e Carolina respectivamente ao Maranhão (Mapa 2).

A última anexação foi através da Lei Provincial de 08 de junho de 1871 quando parte do município piauiense de Paranaguá passou para o Maranhão com o nome de Vitória do Alto Parnaíba e depois Alto Parnaíba, graças a determinação da divisa entre o Maranhão e o Piauí através do rio Parnaíba (Mapa 2).

Sobre as particularidades históricas das anexações citadas, seguem-se:

#### 5.1.1 Turiaçu

As mais antigas informações sobre Turiaçu referem-se às provisões de 02 de maio de 1758, do bispo D. Fr. Miguel de Bulhões e a de 16 de novembro de 1807 do bispo D. Miguel de Almeida de Carvalho que declaravam ser o rio Gurupi a linha de divisa da Diocese do Pará com o Maranhão. Referida fixação de limites do poder eclesiástico foi determinada com a permissão do bispo do Maranhão D. Fr. Bartolomeu do Pilar ter, através da carta de 28 de agosto de 1731 determinado essa mesma divisa (MARQUES, 2008, p. 878). Portanto, as cartas dos bispos Miguel de Bulhões e Miguel de Almeida, na realidade, só ratificaram o que tinha sido determinado por D. Fr. Bartolomeu. Diante disso, os maranhenses povoaram a área, mantendo relações comerciais e espirituais diretamente com o Maranhão.

O Decreto de 20 de agosto de 1772 autorizou o governador do Pará a determinar a área que deveria discriminar a capitania do Pará da capitania do Maranhão, cujo procedimento coube ao capitão João Pereira Caldas que designou o rio Turiaçu como linha demarcatória, alargando o domínio do Pará e conseqüentemente ignorando a determinação religiosa.

A incorporação de Turiaçu ao Estado do Pará não foi aceita pelos moradores do lugar; tanto que na sessão ordinária de 11 de outubro propôs o Presidente da Câmara Municipal que:

ela tomasse em consideração os males que sofria o município pela distância em que se achava da capital do Pará, e as dificuldades que havia, por cujos motivos chegavam tarde e mal as ordens do governo a esta vila, para que representasse à Assembléia Legislativa Geral a fim de passar este município para a província do Maranhão, pela facilidade com que podia ser socorrido e o aumento que poderia ter (IBGE, 1959, p. 374)<sup>2</sup>.

Após 76 anos de contendas e discussões de ambas as partes, graças ao empenho incansável

<sup>2</sup> Marques (2008, p. 878) citando Baema informa: de Turiaçu até Belém a distância era em linha reta 64 léguas e com sinuosidade, enquanto de Turiaçu para São Luís 36 léguas.

do deputado geral na época Dr. Cândido Mendes de Almeida, o mesmo que interferiu nos limites com Goiás, o Decreto nº 639 de 12 de junho de 1852 determinou o rio Gurupi limite entre o Maranhão e Pará (MARQUES, 2008, p. 878) cujo teor segue:

Decreto nº 639 de 12 de junho de 1852.

Desanexa da província do Pará e incorpora na do Maranhão

Todo o Território entre os rios Tury-Assú e Gurupy

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da assembléia geral legislativa: Artigo único. Fica desanexado da província do Pará e incorporado na do Maranhão todo o território entre os rios Tury-Assú e Gurupy, servindo este rio de limite a ambas as províncias, não obstante quaisquer leis e disposições em contrário, que ficam revogadas.

Francisco Gonçalves Martins, do meu conselho, ministro e secretário do Estado dos negócios do império, bem o tinha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1852, trigésimo – primeiro da independência e do império. Com rubrica de S.M. o Imperador.

(a) Francisco Gonçalves Martins.

### 5.1.2 Imperatriz

Em 1850 havia dúvida e por isso mesmo litígio sobre os limites/divisas do Maranhão, uma vez que referidos limites não estavam bem definidos; e para que fossem determinados eram levadas em considerações as áreas das freguesias e estas não estabeleciam marcos ou leis divisórios; a posição geográfica era hipotética especialmente quando o assunto era limites interprovinciais.

Segundo Carvalho (2000, p. 161)

Não havia, portanto, ocupação oficial e jurisdição estabelecida, parecendo que esta se firmava naquela e o direito da província seria o resultado da prioridade de ocupação, já alegado pelo governo do Maranhão em 1810 e triunfante na régia Resolução de 11 de agosto de 1813, que deu a este governo a margem direita do rio Tocantins, da junção do Araguaia para cima até o Piratinga, que os conquistadores chamaram Manoel Alves.

Em 1850 sabia-se que a delimitação Pará/Maranhão, na costa nas proximidades do Oceano Atlântico era pelo riacho Turiaçu<sup>3</sup> que “tem as cabeceiras sumidas na mata, entre o Pindaré e o Gurupi”, circunstâncias desconhecidas naquela época. Da cabeceira do Turiaçu uma linha reta leste – oeste até o Tocantins, era a delimitação fixada no papel (CARVALHO, 2000, p. 165).

Diante disso, o presidente da província do Pará, respaldado nas indecisões dos limites, mandou em 1851 o frade baiano Frei Antonio Procópio Coração de Maria “edificar uma vila em território do Pará, próximo de onde tivesse limite com o Maranhão”. Referido religioso, viajando à montante pelo rio Tocantins, alcançou a sua confluência com o Araguaia. Continuando pelo rio Tocantins encontrou uma área despida de vegetação arbórea, como um campo de forma ovalada, que se elevava entre o rio e os brejos, onde existiam inúmeras palmeiras de buritirana. (IBGE, 1959, p. 195-196).

3 A falta de conhecimento da área levava-os a considerar Turiaçu um riacho.

Como resultado dessa viagem de observação em 1852, o frei Manoel fundou a povoação de Santa Teresa de Imperatriz, da província do Pará.

Nesse mesmo ano, foi votada e sancionada a Lei nº 639 de 12 de junho de 1852 que, ao determinar o rio Gurupi como divisa do Pará com o Maranhão, transferiu para a cabeceira do citado rio o ponto inicial de uma linha leste/oeste até o rio Tocantins, e em decorrência disso Imperatriz passou para o Estado do Maranhão.

Entre 1854 e 1855 ficou evidente que, a povoação fundada por frei Manoel pertencia ao Maranhão.

### 5.1.3 Carolina

À margem esquerda do Tocantins, entre este rio e o Araguaia, depois da cachoeira de Três Barras ao norte, Antonio Moura da Silva conhecido como Pobre Capitão do Mato, fundou em 1816 o povoado Três Barras.

Em 1823, ao passar no local, o Pe. Luís Gonzaga Camargo Fleury, deputado de Goiás, mudou o nome do povoado para Carolina, em homenagem à primeira imperatriz do Brasil. O Decreto de 25 de outubro de 1831 elevou o povoado à classificação de vila e freguesia. Porém, no início do ano de 1834, surgiu um conflito entre os governos do Maranhão e Goiás sobre a posse do referido povoado, embora desde o início do seu surgimento tenha sido considerado território maranhense.

Considerando-se no direito de executar o que determinava o Decreto de 25 de outubro de 1831, o governo de Goiás autorizou transferir a vila de Carolina (Carolina Velha) para o povoado de São Pedro de Alcântara, a margem direita do rio Tocantins, chamando-a Carolina Nova. Novos problemas surgiram entre os dois governos, uma vez que ambos consideravam-se com direitos iguais. O caso terminou sendo levado ao conhecimento do Imperador, que em 3 de março de 1883, através do Ministério do Império, determinou que referido assunto deveria ser submetido “ao conhecimento da Assembléia Geral; deveria conservar-se a posse do território em que estava à Província de Goiás até final deliberação, a qual só teve lugar pelo Decreto nº 773 de 23 de agosto de 1854, que incorporou, e com justiça, esta vila ao território maranhense.” (CARVALHO, 2000, p. 95)

Segundo Marques (2009, p. 303) e Carvalho (2000, p. 105), deve-se essa decisão à participação do Dr. Cândido Mendes de Almeida, a época na Assembléia Geral que como resultado dos seus esforços publicou uma obra intitulada: A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as Províncias do Maranhão e de Goiás, no Rio de Janeiro em 1852. (MARQUES, 2009, p. 304)

A partir daí o Maranhão teve acrescido legalmente em seu território o município de Carolina, que na época estendia-se até os atuais municípios de Estreito, Porto Franco, São Pedro dos Crentes, Campestre do Maranhão e São João do Paraíso, seus emancipados.

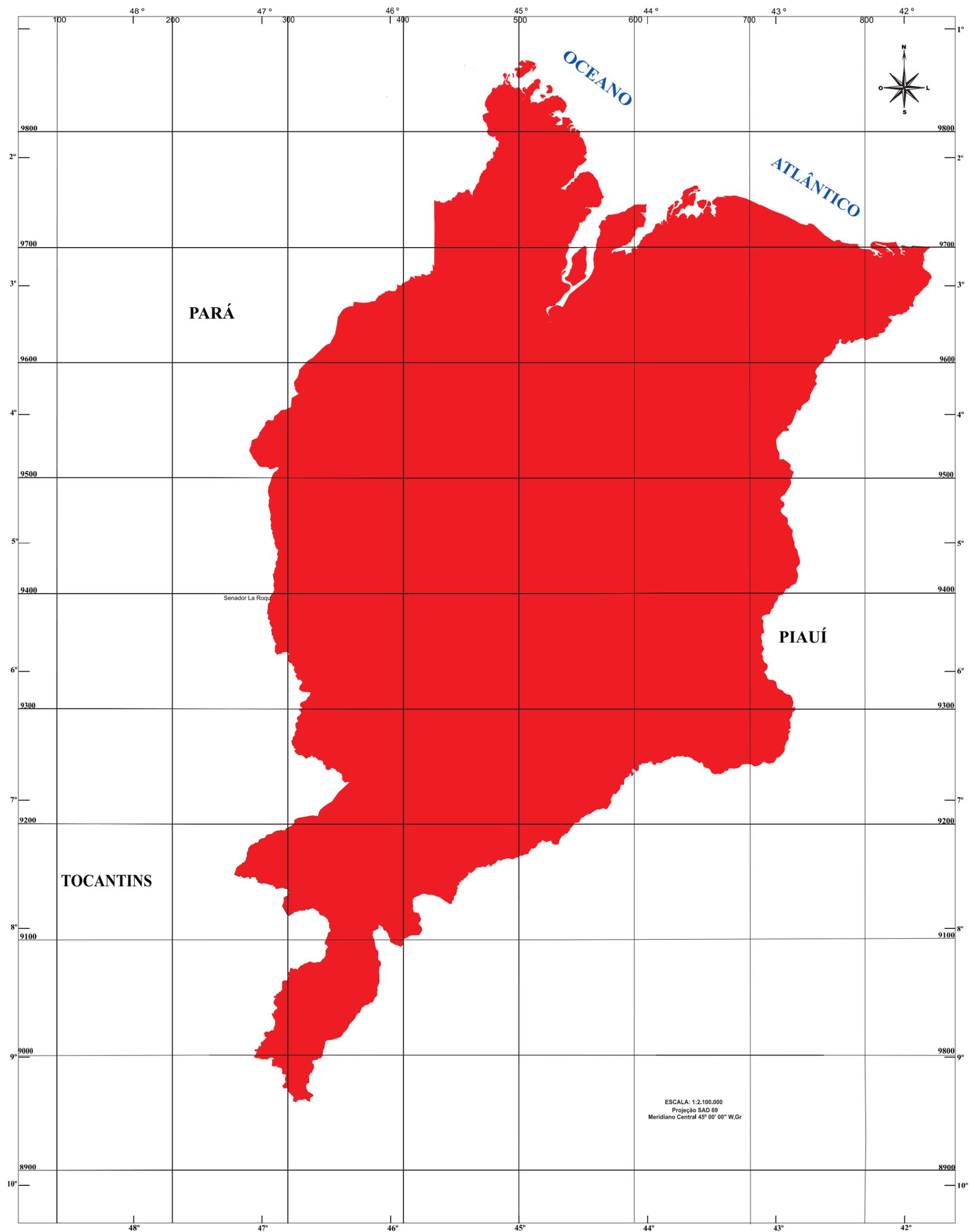
### 5.1.4 Alto Parnaíba

Há poucas informações quanto à incorporação de Alto Parnaíba ao Estado do Maranhão.

Marques (2008, p. 121) diz que “o município foi criado após haver sido desmembrado do município piauiense de Paranaguá, por lei provincial de 8 de junho de 1871, quando passou a distrito de Loreto”.

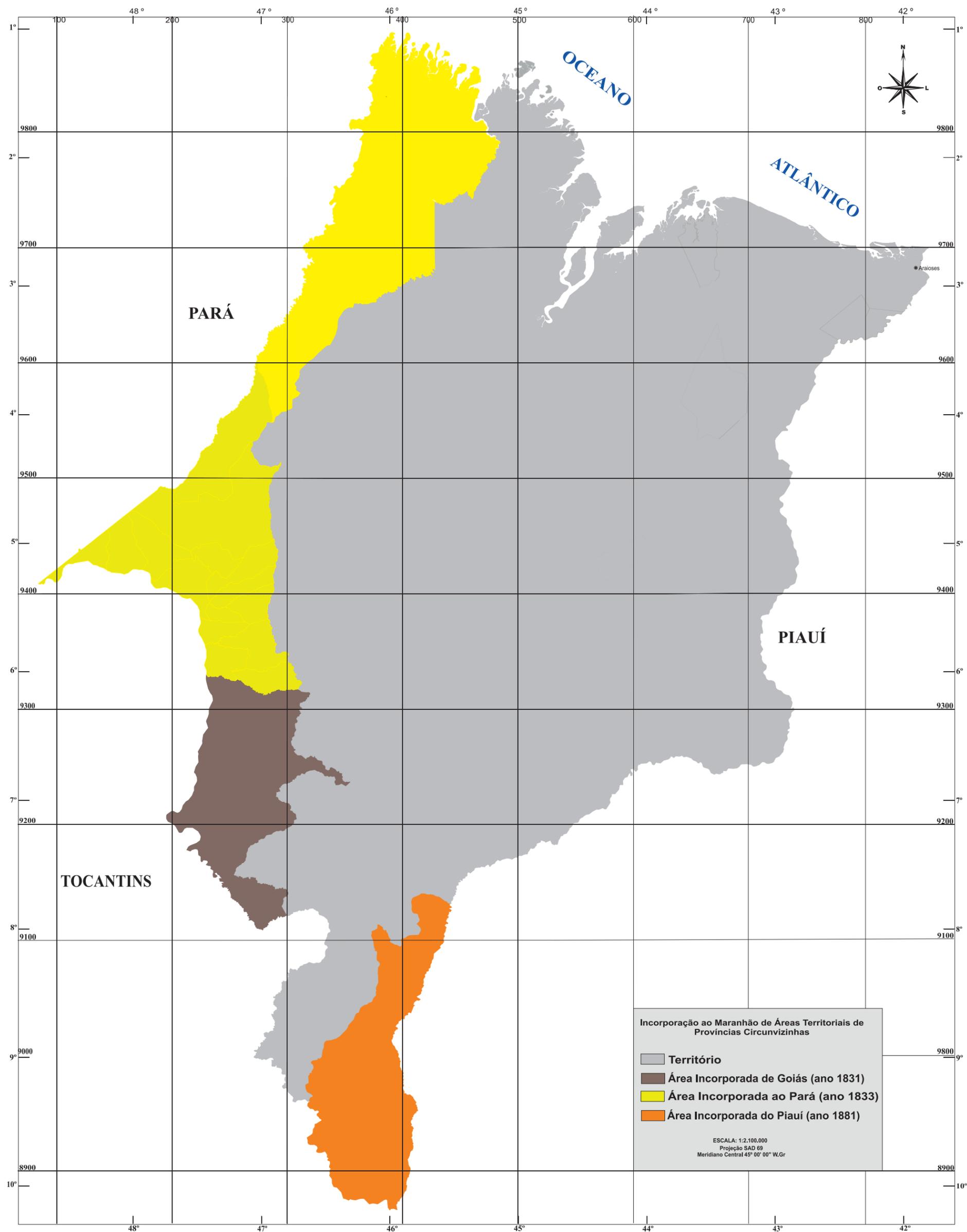
IBGE (1959, p. 34) assim se refere: “Alto Parnaíba, ex-Vitória do Alto Parnaíba... município piauiense, foi desmembrado por Lei provincial de 8 de junho de 1871, do município de Paranaguá, do Piauí, passando a ser um distrito administrativo de Loreto do Maranhão”.

# Mapa 1 - Província do Maranhão 1772 - 1811



FONTE: IMESC / 2010.

## Mapa 2 - Incorporação ao Maranhão de Áreas Territoriais de Províncias Circunvizinhas



FONTE: IMESC / 2010.

## **6 PERCEPÇÃO DA DINÂMICA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MARANHÃO ATRAVÉS DE MAPAS (1612 a 1995)**

A anexação de Turiaçu, Carolina, Imperatriz e Alto Parnaíba foram inicialmente os únicos municípios que tiveram a sua área mais ou menos determinada.

Como pode ser observado na figura 11 e no mapa 3, no século XVII o Maranhão tinha unicamente os municípios de São Luís, Alcântara e Icatu; as demais áreas eram habitadas unicamente por indígenas distribuídos em várias tribos.

No século XVIII, mais dois municípios foram criados: Guimarães e Viana (IBGE, 1959, p. 182 e 394) (Mapa 4). No século XIX surgiram: Caxias, Carolina, Turiaçu, Imperatriz e Alto Parnaíba, além de outros municípios. (Mapa 5 e Apêndice B). Nesse século eram portanto 10 municípios (MEIRELES, 2008, IBGE, 1954). O mapa 6 apresenta os municípios por décadas, enquanto o mapa 7 demonstra por ano de criação (Apêndice B). Estes últimos mapas estão atualizados, uma vez que contêm os 217 municípios atuais.

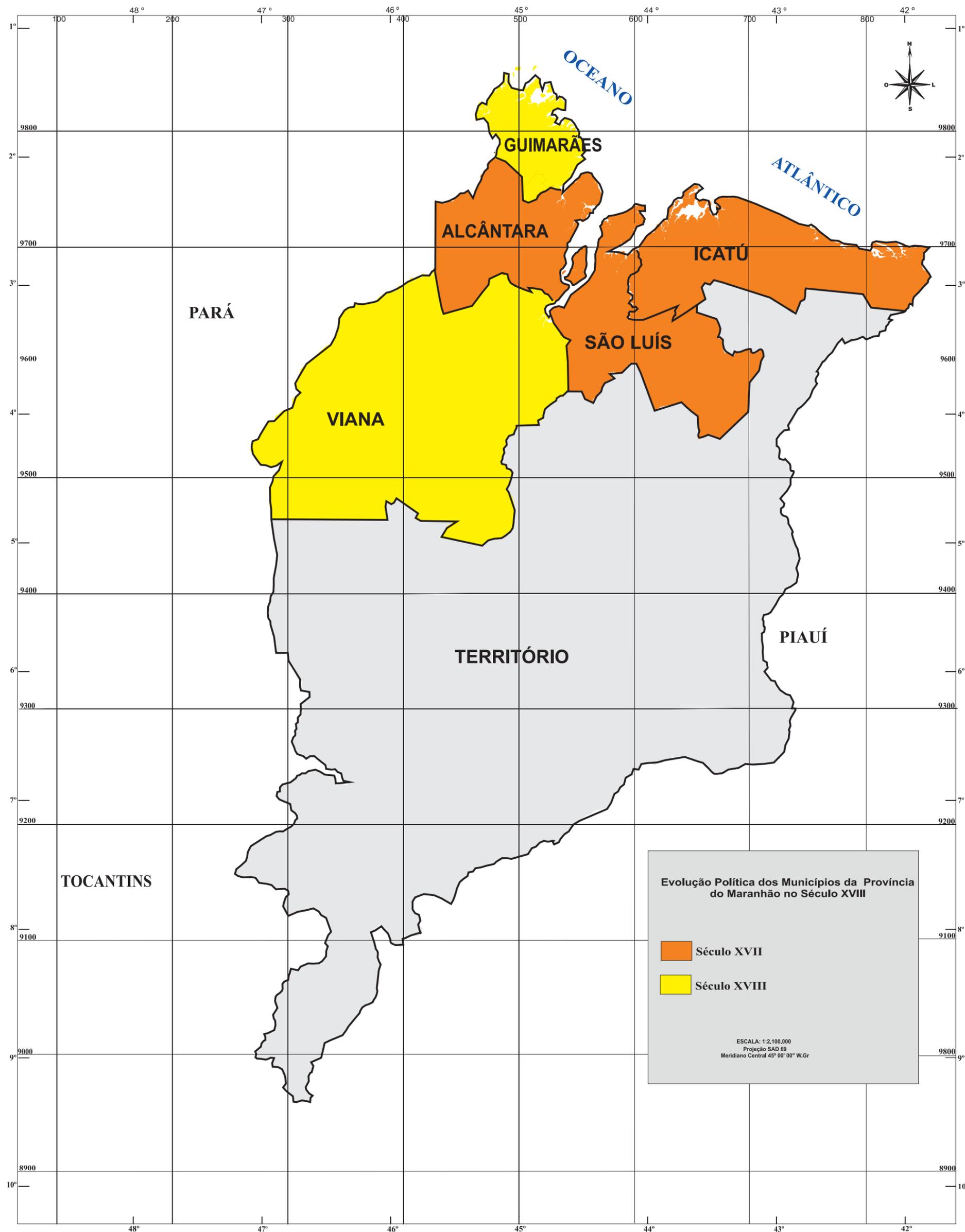


### Mapa 3 - Evolução Política dos Municípios da Província do Maranhão no Século XVII



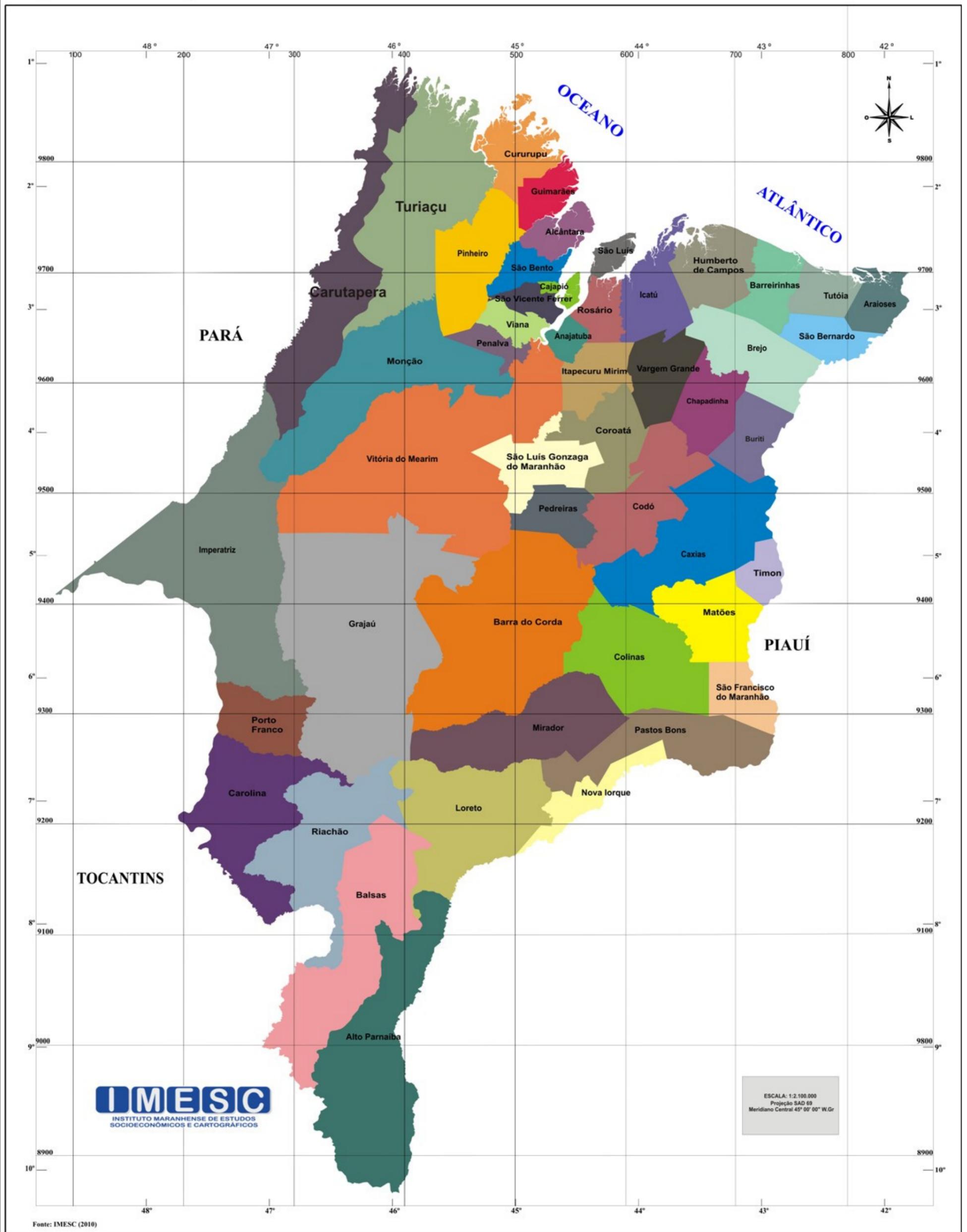
FONTE: IMESC / 2010.

# Mapa 4 - Evolução Política dos Municípios da Província do Maranhão no Século XVIII

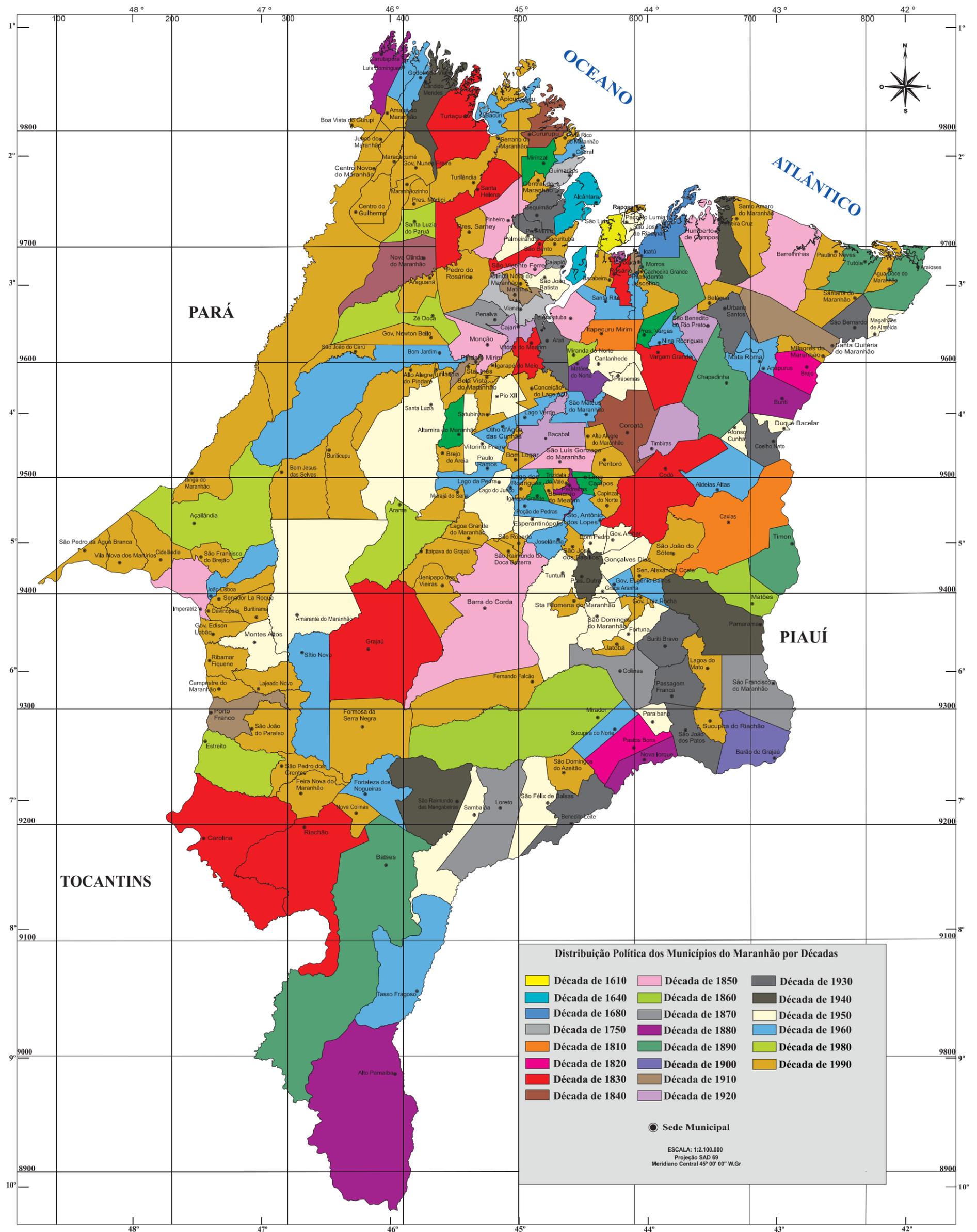


FONTE: IMESC / 2010.

# Mapa 5 - Evolução Política do Estado do Maranhão no Século XIX

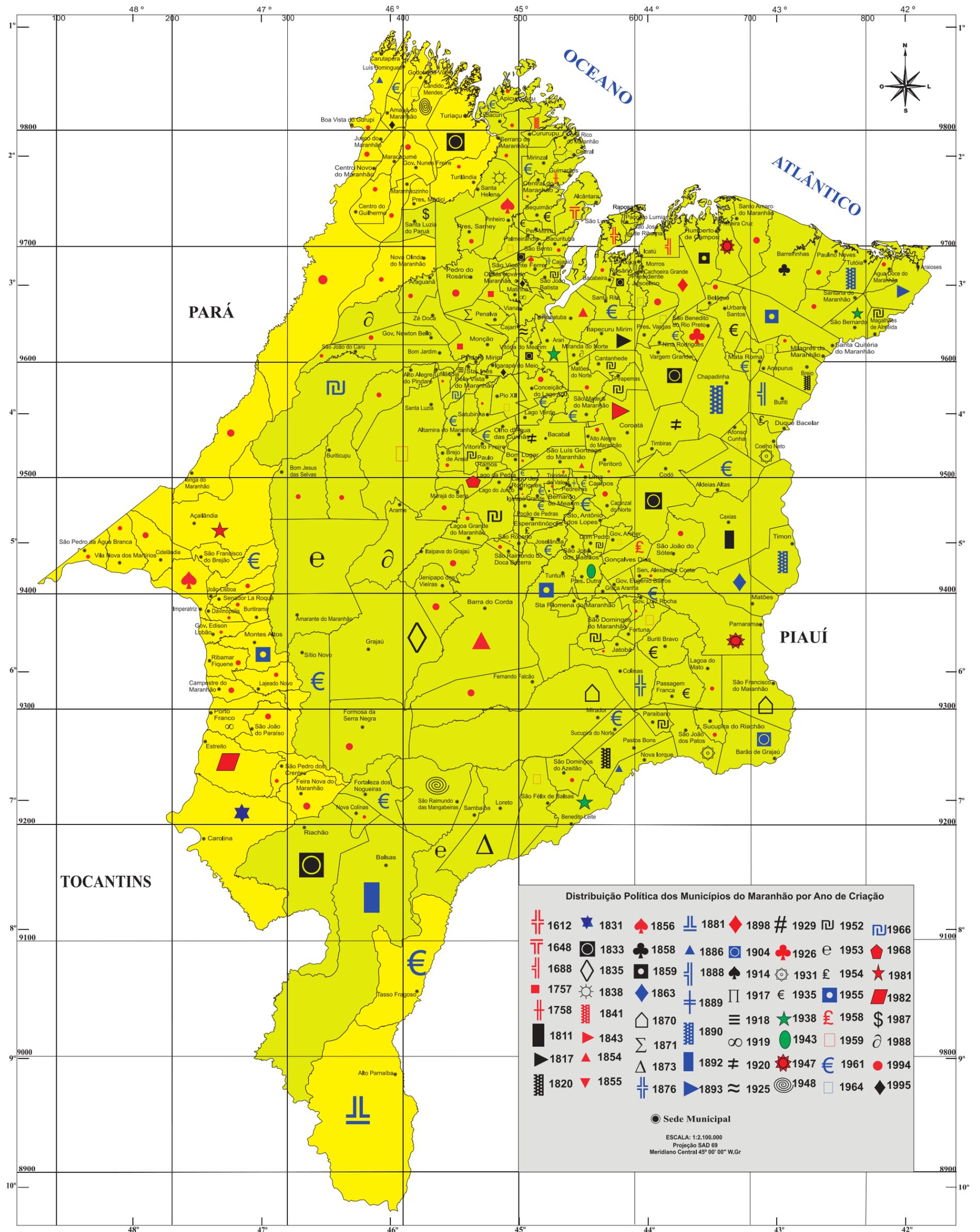


# Mapa 6 - Distribuição Política dos Municípios do Maranhão por Décadas



FONTE: IMESC / 2010.

# Mapa 7 - Distribuição Política dos Municípios do Maranhão por Ano de Criação



**Distribuição Política dos Municípios do Maranhão por Ano de Criação**

1612	1831	1856	1881	1898	1929	1952	1966
1648	1833	1858	1886	1904	1926	1953	1968
1688	1835	1859	1888	1914	1931	1954	1981
1757	1838	1863	1889	1917	1935	1955	1982
1758	1841	1870	1918	1938	1958	1987	
1811	1843	1871	1890	1919	1943	1959	1988
1817	1854	1873	1892	1920	1947	1961	1994
1820	1855	1876	1893	1925	1948	1964	1995

● Sede Municipal

ESCALA: 1:2.100.000  
 Projeção SAD 69  
 Meridiano Central 45° 00' 00" W.Gr

FONTE: IMESC / 2010.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este estudo enfatize o Maranhão, os fatos de evolução geo-histórica abordados, excluindo algumas particularidades, aconteceram em todo o país.

Os detalhes inerentes ao Estado do Maranhão são como um “vaticínio” que até hoje o acompanha dadas as características ecossistêmicas que se interrelacionam no Estado, características essas que vão desde o ambiente físico até o antrópico.

Para reflexão, tem-se o espaço físico atual e como prêmio a inteligência de um jurista e político maranhense que teve argumentos convincentes na defesa das divisas interestaduais, utilizando de maneira legal as vias hidrográficas, na certeza de que as mesmas seriam mais difíceis de serem violadas e até mesmo questionadas como aconteceu no sul, entre proprietários rurais tocantinos e maranhenses, a partir de maio deste ano (2010).

Quanto ao processo dinâmico da compartimentação territorial, vai acontecendo paralelo aos interesses e disponibilidade política da economia. Foi assim no Litoral Ocidental e na Baixada Maranhense no século XVIII (mandioca, cana-de-açúcar, pesca e sal principalmente) no vale do Munim, Itapecuru e Pindaré nos séculos XVIII e XIX (cana-de-açúcar, algodão e indústria têxtil) e no século XX a rizicultura que inicialmente por influência dos migrantes nordestinos rasgou os médios vales das bacias do Mearim e Pindaré, alcançando a Amazônia Maranhense, esta também de grande influência da rodovia Belém-Brasília, BR 010.

Enquanto o sertanejo cearense e piauiense em processo de ocupação lenta mas progressiva avançava pelo litoral oriental, os vaqueiros e criadores de gado alcançavam o sul e desenvolveram a pecuária extensiva, que deixou como testemunhos municípios e também grandes vazios demográficos, de aparência inculta que a partir da década de 1980 mudou o processo de utilização econômica com o surgimento da soja pelos sulistas, mas não mudou o vazio demográfico, pelo contrário, o acentuou.

O *boom* da distribuição política aconteceu entre 1994 e 1995 com 81 municípios criados; o resultado é a tentativa de urbanização de áreas rurais até então praticamente inacessíveis, mas que gradativa e timidamente vai buscando a sua identidade e assim favorecer ao maranhense oportunidades de políticas públicas que, mesmo insuficientes vai lhes dando melhor condição de vida, enquanto os municípios mais antigos crescem, em que pese as incertezas próprias da imperfeição humana.

Resta registrar que o processo econômico que se deu entre os séculos XVIII e XIX a classificação do Maranhão como um dos estados mais desenvolvidos da região não teria acontecido se a natureza não tivesse aproximado as nascentes dos principais rios e depois distribuí-los pelo território, fazendo com que os mesmos se encontrem nas baías de São Marcos e São José, bem ao fundo da Ilha do Maranhão, onde está a capital e, à disposição da economia de todo o país, o Porto do Itaqui, considerado por alguns pesquisadores como o maior do planeta Terra, em profundidade natural.

Portanto, enquanto a província e depois o Estado sofria significativas alterações territoriais, a economia como está sendo abordada nestas considerações se desenvolvia, resultando de todo esse conjunto de influências socioantrópicas o Maranhão de hoje.

## REFERÊNCIAS

BETTENDORFF, Pe. João Felipe. **Crônica da Missão da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 3 ed. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2010.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**. 2 ed. Imperatriz: Ética, 2000.

COELHO NETO, Eloy. **Geo história do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 2001.

DINO, Salvio. **Onde é o Pará, onde é o Maranhão?** São Luís: SIOGE, 1990.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; Trovão, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão: espaço geohistórico e cultural**. João Pessoa: Ed. Grafset, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1896.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão: a Colônia**. São Luís: GEIA, 2006.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 2 ed. Rio de Janeiro: Seleta e Fon-Fon, 1970.

\_\_\_\_\_ **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 3 ed. São Luís: LITHOGRAF, 2009.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.



# APÊNDICES

## APÊNDICE A – Relação das Freguesias da Província do Maranhão

Freguesias	Presumíveis Municípios
Nossa Senhora da Vitória da Catedral	São Luís
Nossa Senhora da Conceição	São Luís
São João Batista	Ignorado
São Joaquim do Bacanga	São Luís
São João Batista do Vinhais	São Luís
Nossa Senhora da Luz do Paço do Lumiar	Paço do Lumiar
São José do Lugar dos Índios	São José de Ribamar
São Matias da Cidade de Alcântara	Alcântara
São João de Côrtes	Alcântara
Santo Antônio e Almas	Ignorado
São José de Guimarães	Guimarães
São João Batista de Cururupu	Cururupu
São Francisco Xavier do Turiaçu	Turiaçu
Santa Helena	Santa Helena
Santo Inácio do Pinheiro	Pinheiro
São Francisco Xavier de Monção	Monção
São Bento dos Perizes	São Bento
São Vicente Ferrer de Cajapió	São Vicente Ferrer
Nossa Senhora da Conceição de Viana	Viana
São José de Penalva	Penalva
Santa Maria de Anajatuba	Anajatuba
Nossa Senhora da Graça do Arari	Arari
Nossa Senhora de Nazaré do Baixo – Mearim	Vitória do Mearim
São Luís Gonzaga do Alto – Mearim	São Luís Gonzaga do Maranhão
São José do Preá	Ignorado
Nossa Senhora da Conceição da Tutóia	Tutóia
Nossa Senhora da Conceição de Araióses	Araióses
Nossa Senhora da Conceição das Barreirinhas	Barreirinhas
Nossa Senhora da Conceição do Brejo	Brejo
São Bernardo	São Bernardo
Santana do Buriti	Buriti
Nossa Senhora da Conceição do Icatu	Icatu
Nossa Senhora das Dores da Chapadinha	Chapadinha
São Sebastião da Vargem Grande	Vargem Grande
Nossa Senhora do Rosário	Rosário
Nossa Senhora da Lapa e das de São Miguel	Rosário
Nossa Senhora das Dores do Itapecuru – Mirim	Itapecuru – Mirim

Nossa Senhora da Piedade do Coroatá	Coroatá
Santa Rita e Santa Filomena de Codó	Codó
Nossa Senhora da Conceição e São José de Caxias	Caxias
São Benedito de Caxias	Caxias
Nossa Senhora de Nazaré da Trizidela	Ignorado
São José das Cajazeiras	Ignorado
São Sebastião de Passagem Franca	Passagem Franca
Nossa Senhora da Conceição da Manga	Vargem Grande ou São Francisco do Maranhão
São Bento de Pastos Bons	Pastos Bons
São Félix de Balsas	São Félix de Balsas
Nossa Senhora de Nazaré do Riachão	Riachão
São Pedro de Alcântara de Carolina	Carolina
Santa Tereza de Porto Franco	Porto Franco
Senhor do Bonfim da Chapada	Grajaú
Santa Cruz da Barra do Corda	Barra do Corda
São Bento de Bacurituba	Bacurituba

## APÊNDICE B - Lista dos Municípios por Década e Ano de Criação

➤	<b>Década de 1610</b>	
1.	São Luís	08/09/1612
➤	<b>Década de 1640</b>	
1.	Alcântara	22/12/1648
➤	<b>Década de 1680</b>	
1.	Icatu	1688
➤	<b>Década de 1750</b>	
1.	Viana	08/07/1757
2.	Guimarães	23/03/1758
➤	<b>Década de 1810</b>	
1.	Caxias	30/10/1811
2.	Itapecuru-Mirim	27/11/1817
➤	<b>Década de 1820</b>	
1.	Brejo	29/01/1820
2.	Pastos Bons	29/01/1820
➤	<b>Década de 1830</b>	
1.	Carolina	25/10/1831
2.	Codó	19/04/1833
3.	Turialva	1833
4.	Riachão	19/04/1833
5.	Rosário	19/04/1833
6.	São Bento	19/04/1833
7.	Vargem Grande	19/04/1833
8.	Vitória do Mearim	19/04/1833
9.	Grajaú	29/04/1835
10.	Santa Helena	15/01/1838
➤	<b>Década de 1840</b>	
1.	Cururupu	03/10/1841
2.	Coroatá	05/11/1843
➤	<b>Década de 1850</b>	
1.	Barra do Corda	31/05/1854
2.	São Luís Gonzaga do Maranhão	12/06/1854
3.	Anajatuba	22/07/1854
4.	Imperatriz	27/08/1856
5.	São Vicente Ferrer	27/08/1856

6.	Pinheiro	02/09/1856
7.	Barreirinhas	18/06/1858
8.	Monção	09/06/1859
9.	Humberto de Campos	20/07/1859
➤	<b>Década de 1860</b>	
1.	Matões	06/07/1863
➤	<b>Década de 1870</b>	
1.	Mirador	11/07/1860
2.	São Francisco do Maranhão	14/07/1870
3.	Penalva	21/06/1871
4.	Loreto	24/07/1873
5.	Cajapió	11/05/1876
6.	Colinas	28/05/1876
➤	<b>Década de 1880</b>	
1.	Alto Parnaíba	09/04/1881
2.	Carutapera	11/05/1886
3.	Nova Iorque	15/05/1886
4.	Buriti	12/04/1888
5.	Pedreiras	04/03/1889
➤	<b>Década de 1890</b>	
1.	Chapadinha	17/11/1890
2.	Timon	22/12/1890
3.	Tutóia	29/12/1890
4.	Balsas	07/10/1892
5.	Araioses	15/05/1893
6.	Morros	28/04/1898
➤	<b>Década de 1900</b>	
1.	Barão de Grajaú	17/05/1904
➤	<b>Década de 1910</b>	
1.	Santa Quitéria do Maranhão	16/04/1912
2.	Axixá	23/09/1917
3.	Pindaré-Mirim	22/03/1918
4.	Porto Franco	02/04/1919
5.	Matinha	04/04/1919
➤	<b>Década de 1920</b>	
1.	Timbiras	05/04/1920
2.	Bacabal	17/04/1920
3.	Cajari	14/07/1925

4.	São Benedito do Rio Preto	1926
➤	<b>Década de 1930</b>	
1.	Coelho Neto	12/06/1931
2.	São João dos Patos	12/06/1931
3.	Passagem Franca	13/06/1935
4.	Bequimão	19/06/1935
5.	Buriti Bravo	30/12/1935
6.	Peri-Mirim	19/06/1935
7.	Urbano Santos	30/09/1935
8.	Arari	29/03/1938
9.	São Bernardo	29/03/1938
10.	Benedito Leite	30/08/1938
➤	<b>Década de 1940</b>	
1.	Presidente Dutra	30/12/1943
2.	Parnarama	1947
3.	Primeira Cruz	28/07/1947
4.	Cândido Mendes	22/11/1948
5.	São Raimundo das Mangabeiras	31/12/1948
➤	<b>Década de 1950</b>	
1.	São José de Ribamar	24/06/1952
2.	Cantanhede	24/09/1952
3.	São Domingos do Maranhão	24/09/1952
4.	Vitorino Freire	25/09/1952
5.	Magalhães de Almeida	01/10/1952
6.	Lago da Pedra	03/10/1952
7.	São João Batista	19/11/1952
8.	Dom Pedro	09/12/1952
9.	Pirapemas	11/12/1952
10.	Paraibano	30/12/1952
11.	Amarante do Maranhão	21/10/1953
12.	Sambaíba	31/10/1953
13.	Esperantinópolis	27/04/1954
14.	Duque Bacelar	07/12/1954
15.	Montes Altos	08/09/1955
16.	Tuntum	12/09/1955
17.	Gonçalves Dias	31/12/1958
18.	Pio XII	26/01/1959
19.	Afonso Cunha	10/10/1959

20.	Governador Archer	10/10/1959
21.	Graça Aranha	10/10/1959
22.	São Félix de Balsas	09/11/1959
23.	Paço do Lumiar	07/12/1959
24.	Santa Luzia	17/12/1959
25.	Fortuna	31/12/1959
26.	Palmeirândia	31/12/1959

➤ **Década de 1960**

1.	Lago do Junco	26/10/1961
2.	Bacuri	16/11/1961
3.	Sucupira do Norte	16/11/1961
4.	Fortaleza dos Nogueiras	22/11/1961
5.	Lago Verde	29/11/1961
6.	Olho d'Água das Cunhãs	30/11/1961
7.	Santa Rita	02/12/1961
8.	João Lisboa	15/12/1961
9.	Sítio Novo	15/12/1961
10.	Tasso Fragoso	19/12/1961
11.	Aldeias Altas	26/12/1961
12.	Governador Eugênio Barros	26/12/1961
13.	Joselândia	26/12/1961
14.	Luís Domingues	26/12/1961
15.	Mirinzal	26/12/1961
16.	Altamira do Maranhão	30/12/1961
17.	Igarapé Grande	30/12/1961
18.	Lima Campos	30/12/1961
19.	Mata Roma	30/12/1961
20.	Nina Rodrigues	30/12/1961
21.	Poção de Pedra	30/12/1961
22.	Santo Antonio dos Lopes	30/12/1961
23.	São Mateus do Maranhão	26/12/1961
24.	Anapurus	09/06/1964
25.	Cedral	09/06/1964
26.	Godofredo Viana	09/06/1964
27.	Presidente Juscelino	09/06/1964
28.	Presidente Vargas	09/06/1964
29.	Santa Inês	19/12/1966
30.	Bom Jardim	30/12/1966

31. Paulo Ramos 10/12/1968

➤ **Década de 1980**

1. Açailândia 06/06/1981

2. Estreito 12/05/1982

3. Santa Luzia do Paruá 30/11/1987

4. Arame 15/03/1988

5. Miranda do Norte 15/03/1988

6. Zé Doca 15/03/1988

➤ **Década de 1990**

1. Água Doce do Maranhão 10/11/1994

2. Alto Alegre do Maranhão 10/11/1994

3. Alto Alegre do Pindaré 10/11/1994

4. Apicum-Açu 10/11/1994

5. Araguanã 10/11/1994

6. Bacabeira 10/11/1994

7. Bacurituba 10/11/1994

8. Bela Vista do Maranhão 10/11/1994

9. Belágua 10/11/1994

10. Bernardo do Mearim 10/11/1994

11. Boa Vista do Gurupi 10/11/1994

12. Bom Jesus das Selvas 10/11/1994

13. Bom Lugar 10/11/1994

14. Brejo de Areia 10/11/1994

15. Buriticupu 10/11/1994

16. Buritirana 10/11/1994

17. Cachoeira Grande 10/11/1994

18. Campestre do Maranhão 10/11/1994

19. Capinzal do Norte 10/11/1994

20. Central do Maranhão 10/11/1994

21. Centro do Guilherme 10/11/1994

22. Centro Novo do Maranhão 10/11/1994

23. Cidelândia 10/11/1994

24. Conceição do Lago-Açu 10/11/1994

25. Davinópolis 10/11/1994

26. Feira Nova do Maranhão 10/11/1994

27. Fernando Falcão 10/11/1994

28. Formosa da Serra Negra 10/11/1994

29. Governador Edison Lobão 10/11/1994

30.	Governador Newton Bello	10/11/1994
31.	Governador Nunes Freire	10/11/1994
32.	Governador Luís Rocha	10/11/1994
33.	Itaipava do Grajaú	10/11/1994
34.	Itinga do Maranhão	10/11/1994
35.	Jatobá	10/11/1994
36.	Jenipapo dos Vieiras	10/11/1994
37.	Junco do Maranhão	10/11/1994
38.	Lago dos Rodrigues	10/11/1994
39.	Lagoa do Mato	10/11/1994
40.	Lagoa Grande do Maranhão	10/11/1994
41.	Lajeado Novo	10/11/1994
42.	Maracaçumé	10/11/1994
43.	Marajá do Sena	10/11/1994
44.	Maranhãozinho	10/11/1994
45.	Matões do Norte	10/11/1994
46.	Milagre do Maranhão	10/11/1994
47.	Nova Colinas	10/11/1994
48.	Nova Olinda do Maranhão	10/11/1994
49.	Paulino Neves	10/11/1994
50.	Pedro do Rosário	10/11/1994
51.	Porto Rico do Maranhão	10/11/1994
52.	Presidente Médici	10/11/1994
53.	Presidente Sarney	10/11/1994
54.	Raposa	10/11/1994
55.	Ribamar Fiquene	10/11/1994
56.	Santa Filomena do Maranhão	10/11/1994
57.	Santana do Maranhão	10/11/1994
58.	Santo Amaro do Maranhão	10/11/1994
59.	São Domingos do Azeitão	10/11/1994
60.	São Francisco do Brejão	10/11/1994
61.	São João do Carú	10/11/1994
62.	São João do Soter	10/11/1994
63.	São José dos Basílios	10/11/1994
64.	São Pedro da Água Branca	10/11/1994
65.	São João do Paraíso	10/11/1994
66.	São Pedro dos Crentes	10/11/1994
67.	São Raimundo do Doca Bezerra	10/11/1994

68.	São Roberto	10/11/1994
69.	Satubinha	10/11/1994
70.	Senador Alexandre Costa	10/11/1994
71.	Senador La Roque	10/11/1994
72.	Serrano do Maranhão	10/11/1994
73.	Sucupira do Riachão	10/11/1994
74.	Trizidela do Vale	10/11/1994
75.	Tufilândia	10/11/1994
76.	Turilândia	10/11/1994
77.	Vila Nova dos Martírios	10/11/1994
78.	Peritoró	22/11/1994
79.	Olinda Nova do Maranhão	06/09/1995
80.	Igarapé do Meio	29/09/1995
81.	Amapá do Maranhão	10/10/1995